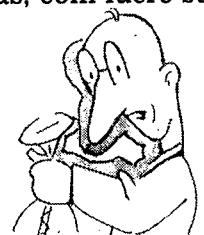


AS MEDIDAS

IMPOSTOS

As pessoas físicas vão pagar menos Imposto de Renda, com o aumento do limite de isenção (que sobe para cinco salários mínimos) e a redução das retenções na fonte. No entanto, as retenções feitas este ano, de valor maior que dez ORTN, só serão devolvidas em quatro prestações anuais. As empresas, com lucro superior a 40 mil ORTN agora em 1985, terão de fazer declarações de renda semestrais, a partir do ano que vem.



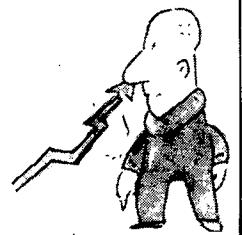
SOCIAIS

O governo aplicará Cr\$ 76 trilhões, no próximo ano, na área social. O objetivo é erradicar a pobreza absoluta. Serão lançados cinco programas de alimentação, entre eles o da merenda escolar (a ser fornecida diariamente, mesmo nas férias) e o de doação de leite a famílias carentes, que também terão acesso a 40 tipos básicos de medicamentos.



CORTES

O programa de redução e moralização dos gastos públicos apresenta 13 medidas, que incluem desde a limitação das mordomias dos funcionários federais até uma reforma administrativa visando a modernização e racionalização da administração. As estatais terão de reduzir em 10% suas despesas com pessoal e em 20% suas despesas com serviços de terceiros.



ÍNDICE

A partir de 1º de dezembro, as correções monetárias e cambial serão reajustadas com base em um único índice, o IPCA, que para este mês foi calculado em 11,12%. Anteriormente esse cálculo era feito com base no IGP, que em novembro atingiu 15%. E a partir de janeiro os salários também serão corrigidos com base na variação do IPCA nos últimos seis meses.



PRIVATIZAÇÃO

Com base em "critérios claros e transparentes", se pretende oferecer 17 empresas estatais ao setor privado nos próximos quatro meses. Além disso, a participação do governo nas empresas de capital aberto deverá ser reduzida a 17%, colocando-se à venda ações da Usiminas, Telebrás, Petroquisa e Petrobrás Distribuidora. Com essas medidas, o governo espera obter, no próximo ano, algo entre Cr\$ 10 trilhões e Cr\$ 15 trilhões.

